

# TERRITÓRIO E PODER NO PLANALTO DAS GUIANAS

Msc. GUTEMBERG DE VILHENA SILVA<sup>1</sup>

Dr. ALDOMAR ARNALDO RÜCKERT<sup>2</sup>

## RESUMO

O artigo foi dividido em três partes: 1. analisa a geopolítica de ocupação do planalto das Guianas pelo expansionismo imperialista europeu; 2. apresenta alguns comentários sobre o processo de descolonização das atuais República da Guiana e República do Suriname. 3. comenta sobre a relação entre a departamentalização da Guiana Francesa com o atual contexto político e estratégico que esse departamento francês apresenta, tanto para com sua metrópole, como também com o contexto de integração territorial dos países amazônicos.

Palavras-chave: Planalto das Guianas. Espaço Geopolítico. Guiana Francesa.

## RESUMEN

El artículo se divide en tres partes: 1. examina la geopolítica de ocupación de la meseta a Guyana por el expansionismo imperialista europeo, 2. tiene algunos comentarios sobre el proceso de descolonización de la actual República de Guyana y la República de Surinam. 3. comentó sobre la relación entre el departmentalization de la Guayana Francesa con la política actual contexto estratégico y que el departamento francés presenta, tanto para su continente, pero también con el contexto de la integración territorial de los países amazónicos.

Palabras-clave: Meseta de Guyana. Espacio Geopolítico. Francés Guayana

---

<sup>1</sup> Docente da Universidade do Estado do Amapá. Pesquisador do grupo *Percepções do Amapá*. Email: [bgeografo@gmail.com](mailto:bgeografo@gmail.com)

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: [aldomar.ruckert@gmail.com](mailto:aldomar.ruckert@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Durante muito tempo a base de poder<sup>3</sup> no espaço mundial era medida pela quantidade de terras. Essas terras, então, se tornavam um *trunfo do poder*<sup>4</sup> para exploração das potencialidades naturais, sobretudo minerais (ouro e prata). Em vista disso, e de outros fatores, muitos foram os choques envolvendo nações como Inglaterra, Portugal, Espanha, França, e outros.

Na América do Sul, a constituição dos territórios<sup>5</sup> políticos gerou muitos litígios entre potências, principalmente na época colonial (XV-XVII), em que as nações imperialistas passaram a repartir territórios dominados, subjugando as populações ali viventes às suas leis. Espanhóis, portugueses, ingleses, holandeses e franceses, são exemplos de colonizadores na América do Sul.

Na região Amazônica, o planalto das Guianas é um claro exemplo das incursões dos quatro últimos mencionados. Este planalto compreende a região norte da Amazônia, com uma superfície de 1.787.100 km<sup>2</sup>, abarcando a área total da Guiana Francesa, Guiana e Suriname e áreas parciais do Pará, Amazonas, Amapá e Roraima, entre os rios Amazonas, Negro e Orenoco (Figura 1).

O presente artigo avalia a geopolítica de conformação dos territórios políticos do planalto das Guianas e, de forma específica, analisa relações internacionais construídas a partir da Guiana Francesa. Num primeiro momento do artigo analisaremos a situação geopolítica pela qual passaram as Repúblicas da Guiana e do Suriname. Na seqüência desenvolveremos análises de um território político europeu encravado no continente sul-americano, e que faz parte do planalto das Guianas, a Guiana Francesa.

---

<sup>3</sup> O poder existe a partir de uma relação assimétrica. Ele é exercido a partir de inúmeros pontos, mesmo não estando em tudo. É imanente a qualquer relação seja política, econômica ou qualquer outra. Este se torna impotente quando a imposição da vontade deixa de existir. É diferente de influência, pois esta recorre à persuasão, enquanto aquela (poder) à coerção. Por fim, onde há poder existe resistência. Para maiores detalhes vide Raffestin (1993) e Castro (2005).

<sup>4</sup> Denominação criada por Raffestin (1993) para se referir aos interesses geopolíticos das potências do século XX. Três são os trunfos principais: o território, a população e os recursos naturais. Mesmo o autor não tendo projetado esta análise para os conflitos da época de conformação das fronteiras políticas no século XVI, ela é válida para o exemplo colocado no texto. Como o território não existe sem os recursos e a população, concordamos que um outro verbete seria melhor, que é a *materialidade do espaço*, apontada por Souza (1995).

<sup>5</sup> Espaço apropriado *por e a partir* de relações de poder (SOUZA, 1995).



Figura 1 – Países que compõem o Planalto das Guianas

## O PLANALTO DAS GUIANAS COMO ESPAÇO GEOPOLÍTICO: AS REPÚBLICAS DA GUIANA E DO SURINAME

As Repúblicas da Guiana e do Suriname foram colônias da Inglaterra e Holanda, respectivamente. Somente no século passado adquiriram independência. Conforme Visentini (*s.i.*, p. 1), eles são os dois países mais novos do ponto de vista político e menos povoados da América do Sul, sendo que estão entre os de menor dimensão territorial. Além disso, ambos se caracterizam por uma composição etno-cultural extremamente complexa e diversa, por idiomas distintos dos demais países sul-americanos e por uma inserção voltada para o Caribe (visualizado na Figura 2 abaixo) e em certa medida ainda com as ex-metrópoles. Tratam-se de países ainda fragilmente conectados com os seus vizinhos terrestres e, apesar de possuírem grandes possibilidades produtivas especialmente nos setores mineral e energético), a economia ainda é rudimentar e carente de infra-estrutura de transportes e energia.

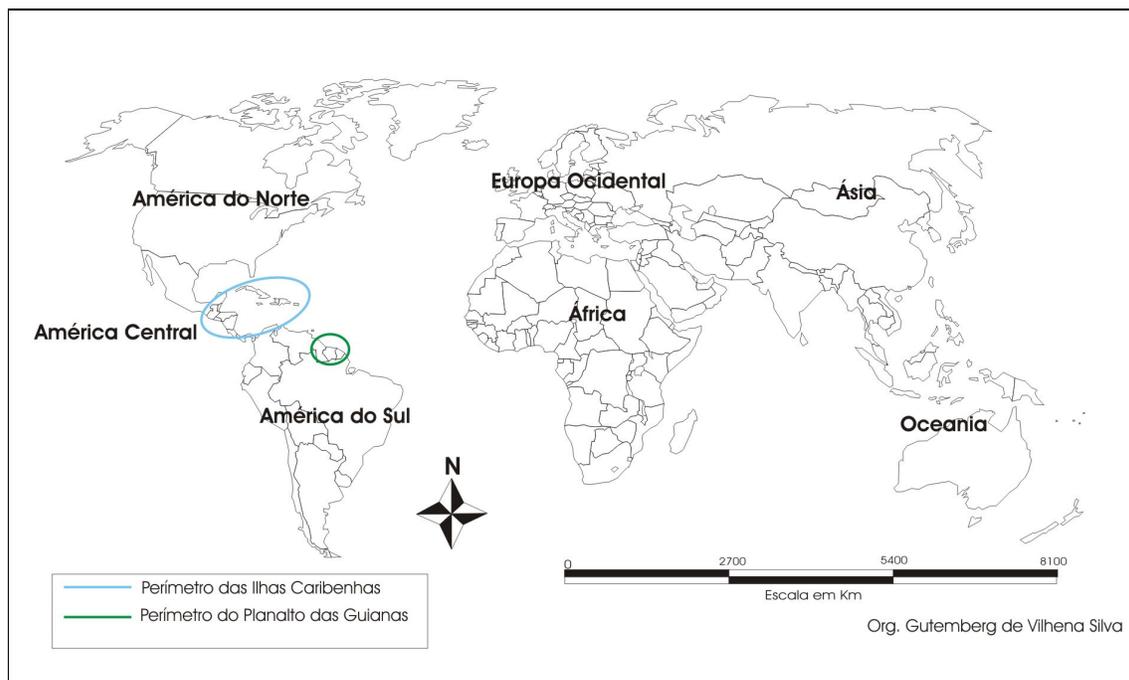


Figura 2 – Proximidade Planalto das Guianas e Ilhas Caribenhas  
Base cartográfica Philcarto: <http://philgeo.club.fr/Index.html>

A república da Guiana, visualizada na Figura 1, possui uma superfície de 215 mil km<sup>2</sup>, com uma população de 800 mil habitantes e expectativa de vida de 62 anos; um crescimento anual de 1,6% e uma densidade de 3,3 habitantes por km<sup>2</sup> (*Ibid.*, p.02), sendo o único país de colonização britânica na América do Sul. Em 1966, alcançou sua independência dentro da *Commonwealth* (Associação de Territórios Autônomos, mas dependentes do Reino Unido), passando a ser um Estado independente e tornando-se membro da Comunidade Britânica ([www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br)). Apenas 32% da população vivem em áreas urbanas e, Georgetown - a capital - conta com 234 mil habitantes. O PIB é de US\$ 1,1 bilhões, com uma renda *per capita* de US\$ 1.375. Os idiomas são o inglês, o hindi e o urdu, com um analfabetismo de 3% (VISENTINI, *s.i.*, p. 02).

O curto período de vida independente (quatro décadas) caracterizou-se por forte instabilidade política. Regimes autoritários e experiências com modelos alternativos, em meio ao declínio econômico, alternaram-se com frágeis democracias parlamentares, marcadas por: i) um baixo índice de governabilidade; ii)

pela fragmentação partidária e, muitas vezes, pela semi-paralisa administrativa por parte do Estado (Ibid. loc. cit.).

Importante litígio territorial se projetou em 1962, entre a República da Guiana e a vizinha Venezuela conhecida como “questão de Essequibo” (BORGES DA SILVA, 2006). Este país manifestou o desejo de rever o acordo de fronteira de 1899 sobre a região de Essequibo, que representava mais da metade do território da Guiana, sendo que em 1967 os venezuelanos vetaram o ingresso da Guiana na Organização de Estados Americanos (OEA), e em janeiro de 1969, fomentaram rebelião de fazendeiros e indígenas no sul da região em litígio. No ano de 1970, a Venezuela firmou o Protocolo de Port-of-Spain, que definia uma moratória de vinte anos para o litígio.

Sobre a atualidade do litígio, Borges da Silva (2006, p. 16) assinala que

Dentro das linhas do Protocolo, a Venezuela não reacendeu mais suas pretensões sobre a região do Essequibo, embora no país, movimentos nacionalistas, tanto militares como civis, sempre estiveram ativos, tanto que foram eles quem se mobilizaram quando os americanos pretenderam instalar uma base de lançamento de foguetes na região, no ano de 2000.

A República do Suriname, também visualizada na Figura 1, possui uma superfície de 163 mil km<sup>2</sup> e conta atualmente com uma população de 493 mil habitantes, sendo o único país de colonização holandesa na América do Sul. Possui uma expectativa de vida de 71 anos, um crescimento anual de 1,3% e uma densidade de 2,6 habitantes por km<sup>2</sup>. Metade da população é urbana e Paramaribo, a capital, conta com 243 mil habitantes. O PIB é de US\$ 1,5 bilhões, com uma renda *per capita* de US\$ 3.102. Os idiomas são o holandês (oficial), o hindi, o javanês, o crioulo, o francês e o inglês, com uma taxa de analfabetismo de 8% (VIZENTINI, *s.i.*).

Depois de se tornar uma parte autônoma do Reino dos Países Baixos, em 1954, conseguiu sua independência em 1975, que, conforme Höfs (2006), apenas aguçou o que ao longo dos anos era a atitude frente o interior do país. Os grupos

indígenas e marrons, estes últimos um subgrupo negro remanescente da África, sofreram um processo de marginalização no cenário econômico nacional que se tornou audível com o estopim de uma guerra civil.

Nas relações internacionais, tanto do Suriname quanto da Guiana, existem graves problemas, pois ambos possuem os mais graves e extensos litígios fronteiriços da América do Sul: Guiana - Venezuela, Guiana - Suriname e Suriname - Guiana francesa. Além disso, a diplomacia conheceu, logo após a independência dos dois países, uma linha errática e marcada por rupturas. No pós-1980 ambos começam a perceber que a cooperação com os Estados Unidos e a Europa tem de ser acompanhada por uma integração com os vizinhos terrestres como o Brasil. Assim, quanto mais o desenvolvimento for interiorizado para o subcontinente, maior relevância ganhará as relações transfronteiriças e a integração regional, inclusive com a necessidade de enfrentar as ameaças transnacionais que acompanham o processo (VIZENTINI, *s.i.*).

## **O PLANALTO DAS GUIANAS COMO ESPAÇO GEOPOLÍTICO: A GUIANA FRANCESA**

A Guiana-Francesa, outro recorte territorial visualizado na Figura 1, até grande parte da primeira metade do século XX, era juridicamente uma colônia da União Francesa (nome da República Francesa à época). A partir de 19 de março de 1946, seu *status* passou ao de Departamento Ultra-Marino - *Département d'Outre Mer* (DOM). Essa mudança, segundo Soares (1995, p. 25-06), deu-se a partir da aprovação unânime pela Assembléia Nacional Francesa da transformação de quatro vilas coloniais (Guiana-Francesa - na América do Sul, Guadalupe e Martinica - nas Antilhas, e Reunião - no Oceano Índico) ao regime legislativo de DOM. Tal regime seria o mesmo dos departamentos metropolitanos, ou seja, regido pelas mesmas normas e circulação de mesma moeda, “*salvo exceções determinadas pela lei*”. O fato é que com a departamentalização, a metrópole pretendia geopoliticamente a assimilação das antigas colônias.

De uma superfície de 84.000 km<sup>2</sup>, a Guiana Francesa é o maior território das regiões francesas. Possui 300 Km de costa, 520 Km de fronteiras com o Suriname e 700 Km com o Brasil. É igualmente a região francesa cuja população cresce demasiadamente rápida em função da conjunção de uma taxa de natalidade elevada e do saldo migratório excedente. A composição populacional guianesa é resultante de migrações sucessivas que produziram uma sociedade extremamente miscigenada (ATLAS, 2006, p. 01 - 06).

Primeiramente foram os Chineses e os Santalucienses que se instalaram ali desde o século XIX, obviamente que aqui reconhecemos territorialidades antes destes povos, os nativos. Posteriormente, por volta da década de 1960, conheceu um aumento significativo do número de Haitianos e Surinameses, ligados às perturbações políticas que atravessam os respectivos países e, conforme Arouck (2000), também a de brasileiros ligados à procura de uma alternativa de emprego e melhoria na qualidade de vida. Com 41.600 imigrantes contados em 1999, ou seja, 27% da população regional é a região francesa onde a presença imigrada é marcadamente forte, e dispendo de um largo espaço desabitado. Dos quatro departamentos ultramarinos da França metropolitana, a Guiana Francesa é onde a presença do imigrante é mais forte (Ibid. loc. cit.).

A economia guianense é composta principalmente de pequenas empresas, na maioria dos casos visando ao mercado local. O comércio entre aquele departamento e os países transfronteiriços é penalizado pela falta de uma boa infra-estrutura, sobretudo de transportes, bem como falta de regulamentação sobre os transportes internacionais na fronteira (Ibid., loc. cit.).

Países como a França vêem a Amazônia internacional como uma região a ser preservada para a sobrevivência do planeta. Coexistem nela interesses ambientalistas legítimos e, também, interesses econômicos e geopolíticos expressos, respectivamente, num processo de mercantilização da natureza e de apropriação do poder de decisão dos Estados sobre o uso do território (BECKER, 2006, p. 21). Tal apropriação da natureza como reserva de valor é válida para o departamento da Guiana Francesa, já que grande parte daquele território francês é extremamente preservado, com sua população concentrada no litoral local.

Com o tempo, dentre outras implicações, a departamentalização criou, concretamente, uma dependência econômica que pesa quando se pensa em autonomia de gestão, ou mesmo em independência. A Guiana-Francesa, apesar de fazer parte do maciço continental sul-americano, não é a ele integrada política e economicamente. Os governantes, assinala Soares (1995, p. 26), “(...) desde o início da época colonial fizeram tudo para que ela se sentisse como sendo a França na América do Sul em lugar do que ela é geopoliticamente, a saber, um território colonizado, subdesenvolvido, subpovoado, e geograficamente concentrada (...)”, numa clara intenção de preservação dos recursos naturais.

A sua situação geográfica de único território ultramarino europeu que tem fronteiras terrestres externas fisicamente ao núcleo da União Européia, e também única do bloco econômico europeu com países sul-americanos, atribui-lhe grande potencial de desenvolvimento através de complementaridades com países e blocos sul-americanos.

Possui especificidades marcadas que a distingue claramente dos outros territórios de cooperação europeu. A diversidade do território, a assimetria das situações observadas de cada lado das fronteiras (Suriname, a Leste, e Brasil, a Oeste e Sul) em termos de desenvolvimento econômico e social, ou ainda a diversidade das línguas e as culturas, são algumas delas, que fazem da cooperação transfronteiriça um exercício complexo e original.

Soares (1995) aponta que a Guiana Francesa não participa de nenhuma iniciativa internacional para o desenvolvimento econômico, social e cultural dos países da América Latina, e não faz contatos oficiais no nível das instâncias guianenses com autoridades surinamesas nem brasileiras: isso é competência da França. Em decorrência disso, as decisões tomadas são sempre inadequadas.

A explicação da situação de dependência da Guiana Francesa, segundo o historiador guianense Serge Mam-Lam Fouck, é de que a França mantém domínio sobre aquela região pelo seu interesse em Kourou, de onde a França e mais 12 países europeus lançam seus foguetes. Para Mam-Lam Fouck, o interesse é também geopolítico, pois assim a França tem facilitada a sua integração na América Latina, isto é, a Guiana dá à França uma dimensão internacional que a Espanha e Portugal, por exemplo, não as tem. (SOARES, 1994).

Na França metropolitana, apesar de serem cidadãos franceses, os procedentes das antigas colônias, mesmo daquelas que são Departamentos (Martinica, Guadalupe, Guiana e Reunião), estariam submetidos a hostilidades comparáveis às praticadas com outros imigrantes. Há nesse início de século outro desafio a se enfrentar, o da União Européia, da qual a Guiana Francesa e os outros departamentos franceses fazem parte.

Foi o último território não soberano na América do Sul após a independência de Belize (1981) (GRANGER, 2006). Apresenta um perfil singular, pois: a) geograficamente localiza-se na América do Sul, b) cultural e historicamente é vinculado às ilhas caribenhas e c) política e economicamente é amalgamado à França metropolitana. Por este último motivo, de uma ou de outra forma, é ligada diretamente à União Européia, mesmo que seja como um território periférico.

De todos os territórios comunitários da Europa, mas não em solo europeu, só a Guiana Francesa não é uma ilha e goza de uma importante superfície (parecida com a de Portugal) (GRANGER, 2006; FRANÇA, 2007). Contudo, seu isolamento, afastamento e fraca ocupação humana, que ocupa essencialmente o litoral (Figura 2), faz com que seus problemas e deficiências sejam parecidos aos dos países sul-americanos. Por tais motivos é considerado, após o tratado de Amsterdã, como uma região ultraperiférica da União Européia (FRANÇA, 2007).

## **A GUIANA FRANCESA NO CONTEXTO POLÍTICO ATUAL NA AMÉRICA DO SUL**

A partir de 2004, a Guiana francesa é membro observador dos debates da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), cujas políticas giram também em torno de financiamentos bilaterais para desenvolver os países membros. A OTCA tinha, no início, excluído aquele departamento por ser possessão européia. Por este fato, ficou muito tempo isolado politicamente dos países do continente americano, sendo caracterizado como uma "anomalia colonial". Atualmente, sua parceria é procurada por compor a pasta científica da Europa (Instituto Pasteur e outros), e por apresentar problemas comuns, como a luta contra certos parasitas a exemplo da mosca da carambola.

No processo de globalização, a Guiana Francesa é vista como um elo de integração para o Brasil, enquanto *locus* da interseção de diversos espaços geopolíticos: o espaço dos departamentos franceses da América, o espaço do Caribe, o espaço da América do Sul, o espaço nacional francês e o espaço europeu.

Possui uma população de 200.000 hab/ 2007, sendo seu povoamento essencialmente na faixa atlântica (Figura 3) onde se localizam as principais cidades, Cayenne, capital do departamento<sup>6</sup>, e Kourou (FRANÇA, 2007).



Figura 3 – Divisão Política da Guiana Francesa  
Base cartográfica Philcarto: <http://philgeo.club.fr/Index.html>

Nesta última cidade, encontra-se o Centro Espacial Guianês (CSG), cujo local está visualizado na Figura 3, que foi a primeira base espacial do mundo para

<sup>6</sup> Departamento é a denominação dada às unidades territoriais da França. Departamentos Ultramarinos são coletividades territoriais integradas à França metropolitana. Para maiores detalhes vide Soares (1995). Grosseiramente podemos fazer algumas comparações entre os Departamentos franceses ao que é denominado no Brasil de Estado Federado, a exemplo do Estado do Amapá. No decorrer da dissertação mais detalhes serão apresentados sobre Departamentos e Estados Federados.

lançamento de satélites, e seus rendimentos geram dividendos para a administração local. O departamento da Guiana Francesa é representado na Assembléia Nacional Francesa por um senador e um deputado. Sua base econômica é a agricultura e a pesca.

Em decorrência da construção da base espacial e também da implantação da moeda Européia, o Euro, o fluxo migratório passou a ocupar a agenda de principais problemas daquele departamento. Brasileiros, Haitianos, Chineses e Surinameses são os principais imigrantes, muitos deles ilegais ali instalados.

A Guiana Francesa privilegia suas relações comerciais com a União Européia e a França se compararmos às trocas regionais na América do Sul. As exportações com destino à América Latina não cessam de diminuir e os dois países limítrofes seguem o ritmo. Contudo, uma nova tendência parece construir-se a partir de 2005. O montante das importações provenientes do Brasil progrediu em 41,6% em 2005 (US\$ 7,9 milhões) em relação ao ano anterior (US\$ 5,6 milhões) (FRANÇA, 2007, p. 16).

Documento da União Européia (FRANÇA, 2007) para as relações internacionais da Guiana Francesa com os países a ela limítrofes, objetiva a cooperação territorial do departamento, favorecendo uma interação transfronteiriça, transnacional e inter-regional, de modo que os países limítrofes possam contribuir de forma eficaz para o desenvolvimento guianês-francês. O documento versa sobre a elaboração de atividades econômicas, sociais e ambientais transfronteiriças através de estratégias conjuntas.

O programa de cooperação (FRANÇA, 2007, p. 42) é construído ao redor de um número limitado de objetivos bem definidos. O cruzamento das vantagens e as fraquezas do espaço de cooperação face às oportunidades e ameaças permitem, de acordo com o programa, abrir diversos pontos estratégicos ordenados de maneira temática: - Desenvolvimento territorial; - Definir visões comuns para cada um dos territórios transfronteiriços Guiana/ Brasil e Guiana/ Suriname; - Construir redes relevantes de cooperação; Coesão dos territórios transfronteiriços, garantindo um nível satisfatório de acessibilidade e de serviços; - Organizar e viabilizar as rotas de transporte a fim de estruturar e melhor dominar as trocas, os fluxos, e a

conectividade; - Inserir os territórios transfronteiriços em lógicas espaciais mais amplas, nomeadamente articulando infra-estrutura e serviços internacionais.

## CONCLUSÃO

A incorporação do território que compreende o planalto das Guianas é um claro exemplo de expansão imperialista dos países europeus. No pós-segunda Guerra Mundial ocorreu processo de descolonização, cujo rearranjo espacial e político atingiu a Guiana e o Suriname. De outro lado, a Guiana Francesa continuou sob a dominação política da França Metropolitana como um território de “reserva patrimonial”. Atualmente, este departamento francês começa a ganhar certa autonomia política. Contudo, ainda é bastante inexpressiva, tendo em vista que todas as decisões principais ainda são geradas da metrópole. Um dos fatores que contribuem para isso é o extremo paternalismo francês que inibe, por fatores econômicos, o avanço de movimentos insurgentes. Esta condição de dependência gera outros desdobramentos sócio-econômicos e políticos, mas que ficarão para outra oportunidade. O que importa destacar, pelo menos, é que o fato de circular a moeda europeia, o Euro, bem como possuir uma base espacial da União Europeia, a migração é intensa, sobretudo de países latino-americanos. Este é um dos vários assuntos a serem desenvolvidos sobre o departamento da Guiana Francesa.

## REFERÊNCIAS

- ARBARET-SCHULZ, C. et. al. La frontière, un objet spatial en mutation. **EspacesTemps.net**, Textuel, 29.10.2004. <http://espacestemps.net/document842.html>. Acesso em 15/09/2006.
- ATLAS **des populations immigrées em Guyane**. INSEE & l'acse, Ed. 2006. 32p.
- BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do terceiro milênio. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BORGES DA SILVA, C. A. **Região do rio essequibo**: atualidade de uma reivindicação territorial venezuelana. *Ambiente: Gestão e Desenvolvimento*, 1(1):9-18. 2006. <http://www.uerr.edu.br/revistas/remgads/uploads/c881ba82-22d7-64fe.pdf>
- FRANÇA. **Coopération Territoriale Européenne 2007–2013**. Programme de coopération transfrontalière. Amazonie. Programme opérationnel. Document de travail. Version 17 Août 2007. [www.cr-guyane.fr/ressources/File/e-services/POGuyane.pdf](http://www.cr-guyane.fr/ressources/File/e-services/POGuyane.pdf). Acesso em 20/11/200.
- GRANGER, S. **La guyane, une terre européenne en Amérique du sud**. 2006. [http://fig-st-die.education.fr/actes/actes\\_2006/granger/article.htm](http://fig-st-die.education.fr/actes/actes_2006/granger/article.htm). Acesso em 01/12/2007.

HÖFS, C. C. **Yu kan vertrow mi**. Você pode confiar. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 2006. <http://www.unb.br/ics/dan/Dissertacao209.pdf> . Acesso em 20/08/2007.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICO (OTCA). **Plano Estratégico 2004/2012**. 2004. [http://www.otca.org.br/PDF/Plano\\_Estrategico.pdf](http://www.otca.org.br/PDF/Plano_Estrategico.pdf). Acesso em 15/07/2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993

ROCQUE, C. **Grande enciclopédia da Amazônia**. 3 v. Letras E-I. Amazônia Ed. LTDA-AMEL, 1968.

SOARES, A. P. A. **Travessia**: análise de uma situação de passagem entre Oiapoque e Guiana-Francesa. 1995. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo.

SOUZA, M. L. Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et al. (org.). **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

VISENTINI, P. F. Guiana e Suriname: uma outra América do Sul. S.l. <http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo2.pdf>. Acesso em 15/11/2007.